

(28/7) DIA DO AGRICULTOR

Cinco práticas para aumentar a produtividade e reduzir riscos nas safras

Sérgio Ailton Saurin, CEO da Massari Fértil e da Morro Verde, destaca ações que ajudam produtores a enfrentar desafios climáticos, otimizar recursos e melhorar resultados nas próximas safras

O Dia do Agricultor, celebrado em 28 de julho, homenageia os profissionais responsáveis por garantir a produção de alimentos, fibras e matérias-primas essenciais para a economia brasileira. Segundo o IBGE, em 2025 a agropecuária cresceu 11,7% e respondeu por quase um terço (32,8%) da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do país, reforçando o papel do setor para o desenvolvimento nacional.

Neste ano, a data ganha um significado ainda maior diante do aumento da variabilidade climática observado nas últimas safras. Embora as projeções relacionadas ao El Niño ainda estejam sendo acompanhadas pelos institutos meteorológicos, esse cenário já justifica um planejamento mais estratégico por parte dos produtores para preservar a produtividade. Além das condições do tempo, o aumento dos custos de produção e a necessidade de utilizar os recursos com mais eficiência fazem com que cada decisão tomada antes mesmo do plantio tenha impacto direto no desempenho da safra.

Para Sérgio Ailton Saurin, CEO da Massari Fértil e da Morro Verde, o próximo ciclo agrícola exigirá um olhar ainda mais apurado para o manejo das lavouras. "O produtor convive hoje com um cenário de maior imprevisibilidade. O clima mudou, os custos aumentaram e cada passo do manejo precisa ser mais preciso. O desafio não é aplicar mais insumos, mas construir solos mais resilientes. A evolução da agricultura tropical passa pela construção da fertilidade do solo, utilizando minerais para agricultura tropical, como calcários, gesso agrícola, fosfatos naturais e fertilizantes minerais mistos, sempre buscando maior eficiência do sistema solo-planta", afirma.

Na Massari Fértil e na Morro Verde, desenvolvemos soluções minerais voltadas à construção da fertilidade dos solos tropicais, integrando calcários micronizados, gesso agrícola, fosfatos naturais reativos e fertilizantes minerais mistos para aumentar a eficiência nutricional e a resiliência das lavouras.

Esse cuidado dobrado acompanha o crescimento da produção nacional. Segundo estimativas oficiais, o Brasil colheu uma safra recorde de cerca de 346 milhões de toneladas de grãos em 2025, resultado que reforça a importância de práticas capazes de elevar a produtividade sem ampliar a área cultivada. Confira, a seguir, cinco frentes que podem fazer diferença na preparação das próximas safras:

Construção do perfil do solo fortalece as plantas diante dos extremos climáticos

Mais do que corrigir apenas a superfície, investir na construção de um perfil de solo equilibrado favorece o crescimento das raízes em profundidade. Raízes profundas representam maior capacidade de explorar água e nutrientes, reduzindo a vulnerabilidade das plantas aos extremos climáticos. A disponibilidade adequada de cálcio, magnésio, enxofre e fósforo de liberação gradual favorece esse desenvolvimento e amplia a resiliência das lavouras.

Conhecer o solo evita desperdícios e aumenta a eficiência agrônômica

A análise química e física do

solo vai muito além da recomendação de NPK. Informações sobre matéria orgânica, capacidade de troca de cátions (CTC), alumínio e compactação ajudam o produtor a definir doses e fontes de nutrientes de acordo com a necessidade real da área. Conhecer o solo significa analisar mais para aplicar melhor. A agricultura do futuro será construída no solo. Quem compreender melhor a interação entre solo, clima, planta e nutrição produzirá mais, com maior eficiência, sustentabilidade e menor exposição aos riscos climáticos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), até 50% do aumento da produtividade agrícola observado nas últimas décadas está relacionado ao uso adequado da fertilização, reforçando a importância de um manejo nutricional orientado por critérios técnicos.

Adubação planejada aumenta o aproveitamento dos nutrientes

Distribuir a aplicação de nutrientes ao longo do ciclo da cultura, em vez de concentrá-la em um único momento, favorece a absorção pelas plantas e reduz perdas provocadas por chuvas intensas ou pela lixiviação. O posicionamento adequado dos fertilizantes também contribui para que os nutrientes estejam disponíveis exatamente quando a cultura mais precisa deles, aumentando a eficiência do sistema solo-planta.

Monitoramento constante permite decisões mais rápidas e assertivas

Ferramentas de agricultura de precisão, imagens, sensores e acompanhamento do desenvolvimento das plantas oferecem informações em tempo real sobre vigor vegetativo, crescimento das raízes e resposta nutricional. Com esses dados, o agricultor consegue ajustar o manejo durante a safra e agir rapidamente diante de mudanças nas condições da lavoura.

Planejamento integrado aumenta a resiliência da safra

Definir a janela de plantio considerando a previsão climática, as características do solo e a nutrição da cultura contribui para reduzir riscos ao longo do ciclo produtivo. Embora as projeções climáticas para o ciclo 2026/2027 ainda estejam sendo acompanhadas pelos institutos especializados, o aumento da variabilidade climática já exige decisões mais bem fundamentadas. Alinhar o calendário de plantio às condições esperadas e ao manejo nutricional ajuda a preservar o potencial produtivo das lavouras.

Para Sérgio Ailton Saurin, a agricultura moderna exige que informação e tecnologia caminhem ao lado da experiência do produtor. "A agricultura evoluiu muito nos últimos anos, mas o protagonismo continua sendo do agricultor. O diferencial está na capacidade de interpretar solo, clima e planta como um sistema integrado. Quanto melhor for essa leitura, maiores serão as oportunidades de produzir com eficiência, sustentabilidade e menor exposição aos riscos de cada safra", conclui.

Colheita começa em vinícolas brasileiras e confirma expansão da vitivinicultura fora do eixo tradicional

As 60 vinícolas da Anprovin somam 500 hectares de vinhedos e projetam crescimento de 15% na safra deste ano como resultado do aumento das áreas de plantio

Começa agora, no inverno, a colheita de uvas em vinícolas de regiões brasileiras fora do eixo tradicional de produção. O período marca o ápice de um calendário agrícola construído ao longo de duas décadas a partir da técnica da Dupla Poda, hoje empregada por 60 vinícolas associadas à Anprovin, Associação Nacional de Produtores de Vinho de Inverno, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. A previsão é de 15% de crescimento na safra deste ano devido ao aumento das áreas de plantio.

A colheita já começou na Chapada Diamantina, na Bahia, onde os produtores trabalham com Sauvignon Blanc, Pinot Noir, Cabernet Sauvignon e Cabernet Franc. No Centro-Oeste, em Goiás e no Distrito Federal, a colheita se estende de julho a agosto, com destaque para vinícolas associadas à Vinícola Brasília, que cultivam variedades como Viognier, Sauvignon Blanc, Merlot, Cabernet Franc, Syrah, Chardonnay, Assyrtiko, Vermentino, Grenache, Sangiovese, Nebbiolo, Marselan, Tempranillo, Malbec e Pinot Noir. No Sudeste, que reúne São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a colheita acontece entre junho e julho, com castas como Syrah, Sauvignon Blanc, Cabernet Franc, Pinot Noir e Malbec, responsáveis por rótulos que já alcançaram notas superiores a 90 pontos em guias especializados.

A Dupla Poda, cuja pesquisa pioneira teve início em 2000 com o pesquisador mineiro Murilo Regina, inverte o ciclo vegetativo da videira por meio de duas podas anuais, concentrando a colheita no período de inverno seco, quando a maior insolação e o menor índice pluviométrico favorecem a sanidade das uvas e a maturação fenólica plena. É esse conjunto de condições que agora entra em curso nos vinhedos do país e sustenta a qualidade dos vinhos de alta gama que chegam ao mercado nos meses seguintes.

O setor é majoritariamente composto por propriedades familiares, que representam 90% das vinícolas associadas. Essa configuração favorece a diversificação de culturas em áreas historicamente dedicadas a café, grãos e pecuária leiteira, e integra a vitivinicultura de precisão como alternativa



Divulgação

“No Sudeste, que reúne São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a colheita acontece entre junho e julho, com castas como Syrah, Sauvignon Blanc, Cabernet Franc, Pinot Noir e Malbec, responsáveis por rótulos que já alcançaram notas superiores a 90 pontos em guias especializados.

rentável e estratégica para a sustentabilidade e a sucessão familiar no campo.

A qualidade da uva que começa a ser colhida é respaldada por investimentos em infraestrutura e por processos rigorosos de controle. O Centro de Análises e Pesquisa da Anprovin/ABDI, inaugurado em Brasília com aporte de R\$ 3,4 milhões, é responsável pela padronização e certificação dos produtos. O selo exclusivo da Anprovin atesta a altitude, o lote e a origem de cada

colheita, assegurando a procedência e a qualidade do vinho de inverno nacional.

Além dos atuais 60 associados da Anprovin, com área de 500 hectares e 1.500.000 garrafas produzidas em 2025, estima-se mais uma centena de projetos vitivinícolas que se estendem por essas novas regiões do país. Os números gerais alcançam um universo que ultrapassa 1.000 hectares e projetam aumento da produção para os próximos três anos. Os produtores da Anprovin projetam dobrar a sua capacidade até 2030. “Os números de consumo de vinho no Brasil ajudam a motivar a cadeia como um todo e incentivam a ampliação de novos investimentos no setor”, garante Claudio Góes, presidente da Anprovin. O início da colheita deste ano acompanha o reconhecimento global crescente do vinho de inverno brasileiro, consolidado por sua qualidade e por seu diferencial tecnológico.

Aos produtores rurais em regiões com altitude favorável, solo bem drenado e inverno seco, o início desta safra reforça que a vitivinicultura de inverno já é uma oportunidade consolidada, com suporte técnico, certificação e resultados comprovados como alternativa de alta rentabilidade e diversificação para o agronegócio e, principalmente, o enoturismo, excelente ferramenta de desenvolvimento regional em pequenas cidades do Brasil.

Com tarifaço dos EUA em vigor nesta quarta (22), o agronegócio está sem tempo para revisar contratos de exportação

Empresas brasileiras do agronegócio com contratos de exportação, fornecimento, armazenagem, transporte e financiamento atrelados aos Estados Unidos estão sem prazo para revisar cláusulas contratuais de preço, prazo de entrega e força maior, com a entrada em vigor nesta quarta-feira (22) da sobretaxa adicional de 25% imposta pelo governo americano. Segundo advogados especializados no setor, as empresas estão correndo o risco de assumir sozinhas o custo extra da medida.

“As tarifas exigem atenção dobrada na gestão dos contratos. A adequada alocação de riscos passa a ser determinante para preservar a viabilidade das operações em um ambiente internacional mais volátil”, afirma Ieda Queiroz, advogada societária e coordenadora da área de Agronegócios do CSA Advogados.

Segundo Ieda, o setor precisa agir rapidamente em cinco frentes contratuais: cláusulas de preço, para incorporar o custo adicional da tarifa sem inviabilizar a operação; volumes e prazos de entrega, especialmente em contratos já fechados antes de 22/07; mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico, para redistribuir o impacto entre as partes; dispositivos de hardship e força maior, testando se cobrem um aumento tarifário desta natureza; e cláusulas de alteração superveniente das circunstâncias, que podem justificar renegociação mesmo em contratos já assinados.

A urgência é maior para cadeias diretamente atingidas, como carne bovina, algodão e celulose. Mesmo com a exclusão de itens estratégicos — carne bovina in natura, café, petróleo bruto, celulose e aeronaves civis — Ieda avalia que os efeitos sobre o setor são amplos, com tendência de redirecionamento de fluxos comerciais, aumento da oferta em outros mercados e maior volatilidade na formação de preços das commodities.



De acordo com CNA, produtos que serão tarifados representam cerca de US\$ 4,6 bilhões em vendas para o mercado norte-americano

“Mais do que um impacto pontual sobre as exportações, as tarifas norte-americanas reforçam a necessidade de uma gestão integrada dos riscos comerciais, regulatórios e jurídicos”, diz a advogada. Para ela, diversificação de mercados, revisão da matriz contratual e monitoramento constante das medidas geopolíticas são essenciais para preservar a competitividade do agronegócio brasileiro nos próximos meses.

A tarifa foi formalizada em Notice of Action publicado pelo USTR em 15 de julho, um ano após a abertura da investigação sob a Section 301 do Trade Act de 1974, determinada pelo presidente Donald Trump. Frederico Favacho, sócio da área de Agronegócios do Santos Neto Advogados e advogado especialista em contratos internacionais, avalia que o processo carece de base fática consistente. Segundo ele,

mesmo no tema ambiental — um dos pilares da investigação — a acusação de que o Brasil não aplicaria suas próprias leis “não resiste ao exame da realidade”, já que o país possui uma das legislações florestais mais exigentes do mundo.

Para Favacho, a lista de produtos isentos da tarifa reforça a fragilidade jurídica da medida: ao excluir insumos dos quais os EUA não podem prescindir, a lista deixa claro que o objetivo é “criar alavancagem” — e não corrigir as práticas que a investigação alegou combater. Na avaliação do advogado, a ação viola pilares da ordem jurídica multilateral do comércio, como o princípio da nação mais favorecida e as consolidações tarifárias assumidas pelos EUA no GATT, o que reforça a importância.